

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PICOS–PIAUI NA DÉCADA DE 1990: CRISE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Maria das Dôres de Sousa
Universidade Federal do Piauí

I . INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A década de 1990 redefiniu o cenário das lutas sociais no Brasil e os movimentos sociais, principalmente os de caráter popular nas periferias urbanas enfrentaram uma diversidade de conflitos tanto de ordem interna como externa. Os conflitos de ordem interna, dizem respeito a questão de desmobilização, de militância, de distanciamento liderança-base, de estruturação, de organização e de participação; já os de ordem externa são, atribuídos à crise econômica do país, o desemprego, e as políticas neoliberais. Esses conflitos levaram os referidos movimentos a procederem mudanças em suas práticas, tanto de ordem interna quanto de ordem externa.

As mudanças que ocorreram nos movimentos sociais de caráter popular, na referida década são encaradas pelas lideranças, a militância, os assessores diretos e alguns analistas entre eles Gohn (2000), com o caráter de crise, entendida como declínio, refluxo e desmobilização das lutas; para outros analistas, a crise significa continuidade e ou descontinuidade (de valores, práticas, ritos etc.) provocam um redirecionamento em suas práticas. “A crise não significa apenas refluxo, declínio mas também transformação (Vianna, 1999 p. 179). Acentua ainda Melucci (2001) a crise pode remeter não só ao declínio de um modelo de engajamento coletivo mas também a sua mutação. Esta é então, entendida como momento de visibilidade e de latência.

As associações de moradores, da zona urbana de Picos, vivenciaram várias tensões na década em estudo, que interferiram no rumo dessas organizações e acarretaram transformações significativas no contexto de suas lutas, por benefícios coletivos: alfabetização de jovens e adultos, formação

sistemática das lideranças e a criação de grupos de formação em seus núcleos com programas de educação popular, fornecimento de água e energia, saneamento básico, funcionamento de posto de saúde, escolas creches etc. Considerando-se que, até o presente momento, estas associações não foram estudadas cientificamente, optou-se por uma pesquisa que discuta a dimensão da crise vivenciada por estas entidades e de que forma essa crise interferiu na prática educativa desenvolvida por estas organizações.

A referida pesquisa, teve como objetivo geral. Caracterizar a crise vivenciada pelas associações de moradores da zona urbana de Picos, a partir das práticas desenvolvidas por estas organizações na década de 1990. Para uma compreensão da relação entre crise e práticas educativas desenvolvidas por estas associações, os objetivos específicos trataram de: resgatar a história de luta das associações de moradores em Picos evidenciando os indicadores da crise por elas enfrentadas; analisar os aprendizados da militância dessas organizações quanto à aquisição de uma consciência cidadã para atuarem enquanto militantes e enquanto membro de uma comunidade mais ampla; efetivação de uma postura ética, política e cultural; verificar se as lideranças das associações de moradores se apropriaram de conhecimentos e de atitudes necessárias a uma prática de intelectuais orgânicos dos setores populares.

1. Delineamento teórico

Conhecer a base teórica dos movimentos sociais é, pois, uma forma de conhecer e compreender mais profundamente as ações, as práticas e as lutas empreendidas por estes movimentos. Como afirma Gomes (2001 p.14)

A própria prática é, por si só, um exercício de aprendizagem, mas que não prescinde, ela própria, de uma teoria que ilumine. Ou seja, teoria e práticas são dois campos de formação que se alimentam na relação dialética que estabelece entre si, considerado, é certo, o contexto histórico no qual esse exercício se dá. Inspirada em Marx diria: O caráter terreno do pensamento humano é a práxis.

Daí porque os objetivos dessa pesquisa centraram-se em identificar a relação existente entre crise e práticas educativas. Para isso, lançou-se mão de alguns procedimentos metodológicos, tanto no campo teórico, como no campo

empírico. No campo teórico, procurou-se caracterizar as matrizes teóricas contemporâneas sobre movimentos sociais e práticas educativas a partir de autores como Antônio Gramsci, Paulo Freire, Maria da Glória Gohn, Maria Nobre Damasceno e outros autores que trabalham as temáticas movimentos sociais e práticas educativas com base numa concepção dialética.

No campo empírico, a análise dos questionários e das entrevistas remeteu para a teoria analítico-cultural de Melucci, no sentido de que parte dos atores da pesquisa acreditam que a crise das associações de moradores em Picos, além do caráter de declínio e refluxo, apresenta, também, indicativos de mutação, o que tem levado essas organizações a um redirecionamento de suas práticas. Assim, a crise pode indicar uma transição de novos modelos de engajamento que caminha do declínio do coletivo para novas formas desse agir.

Ampliando a análise dos movimentos sociais para uma compreensão mais ampla, recorre-se ao pensamento de (GOHN, 2000) que faz uma retrospectiva histórica dos movimentos sociais da América Latina a partir da década de 1970:

1. nos anos 1970, a influência teórica europeia se fez predominantemente por meio do paradigma marxista principalmente nas universidades públicas e nas chamadas comunitárias e pelos projetos de lutas para a redemocratização do país, elaboradas pela esquerda a partir de leituras gramscianas. As reflexões teóricas embasaram-se mais nas teorias europeias por estas serem mais críticas e fundamentadas em pressupostos da nova esquerda que aquelas forças políticas adotaram;
2. ao longo dos anos 1980, a abordagem marxista foi sendo substituída pelas dos Novos Movimentos Sociais – que sempre esteve em desacordo e negou a abordagem ortodoxa marxista especialmente a corrente leninista. Neste mesmo período os Novos Movimentos Sociais cresceram e se firmaram estagnando-se nos anos 1990.

Essas interpretações, de acordo com Scherer-warren (1993) e Gohn (2000) contribuiriam para uma certa orfandade teórica dos estudiosos latino-

americanos, nos anos 1990, por estarem bastante presos ao referencial europeu.

Gohn (2000) nos estudos mais recentes, faz ainda um breve balanço bibliográfico da literatura dos movimentos sociais no Brasil tendo como referência as décadas de 1970 e 1980, relativo apenas aos movimentos sociais urbanos sobre isso afirma que,

essa opção se deu por estes movimentos terem sido de grandes novidades no cenário latino-americano nas últimas décadas, pelo fato de nossa própria produção ter se concentrado majoritariamente nesta temática e o fato de os estudos sobre os movimentos terem se desenvolvido de forma isolada. Os grupos que estudavam a realidade rural, tiveram pouco contato com os que estudaram a realidade urbana (Ibid, p. 273).

Enfatiza, ainda, a autora que,

apesar de recente, a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil já possui vários balanços e destaca entre eles: Jacobi (1980 e 1989), Ribeiro e Silva (1984), Cardoso (1983, 1994) Kowarick (1987). Alguns foram realizados vários anos atrás e contemplam um número pequeno de estudos não existentes.(Jacobi 1980).Outros foram parciais, concentrando-se nas linhas gerais de alguns dos estudos realizados (Cardoso, 1983 e 1995). Outros, ainda não tinham o objetivo de realizar um balanço propriamente dito mas destacaram as principais orientações teóricas (Doimo, 1995, Gohn, 1987, 1995). Alguns levantamentos bibliográficos também destacaram a questão (Burgual, 1990; Warren (1995). (...) Um dos dados mais significativos que estes balanços nos apontam é o de que a maioria dos estudos foi realizado nos anos 80; nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo, o resgate histórico do passado das lutas e movimentos sempre foi uma área de pouca atenção dos pesquisadores (Ibid p. 274).

Com relação às matrizes teóricas básicas que têm fundamentado a produção brasileira voltada para os movimentos sociais, centrada nos movimentos populares, Gohn refere-se a vários estudos:

aborda uma tese de doutoramento de José Álvaro Moisés (1978) apresentada na USP sobre os movimentos emancipatórios de Osasco e Pirituba na década de 50; uma dissertação de mestrado de Gohn sobre as sociedades amigos de bairros apresentada na USP em 1979. Paralelo à conclusão desses dois primeiros estudos, inúmeros outros estavam se desenvolvendo, destacando-se entre eles: o de Teles (1980) sobre CEBs, o de Bava (1980) sobre as lutas populares; o de Doimo (1984) sobre movimento de transportes em vitória (...) e alguns trabalhos de pesquisadores alemães sobre movimentos populares na América Latina que muito influenciaram pesquisadores nacionais nos primeiros anos da década de 80, destaca-se entre eles os de Evers (1983 e 1984), Muller-Platenberg (Spessart, 1979). Destaca-se ainda os estudos básicos sobre a realidade brasileira de apoio às pesquisas da época que foram Weffort (1978); Ianni (1975); Oliveira (1972) Singer (1973); Fernandes (1975); Foracchi 1982); e Cardoso (1972) (Gohn, 2000 p. 276)

Os anos 1980 trouxeram um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos populares urbanos, quando surgem novas lutas pelo acesso a terra e sua posse, além do surgimento de organizações locais, entre elas, as associações de moradores.

O cenário dos movimentos sociais no Brasil se altera na década de 1990 e com ele o quadro de pesquisadores. Alguns passaram a se preocupar com os problemas da violência, da exclusão social, ou com novas práticas civis, deixando a temática dos movimentos sociais de lado. “A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa” (GOHN, 2000 p. 280). Tratando-se deste aspecto é importante esclarecer que a produção acadêmica sobre os movimentos sociais continuou, mas não no mesmo ritmo dos anos 1980, declina na área de educação, arquitetura e do serviço social, continua regular na sociologia e na política.

Concordando com a última parte do texto de Gohn, é possível admitir que os potenciais de mudança nas práticas dos movimentos sociais estejam presentes no seu movimento interno, mesmo que não visíveis.

1.2.1. Prática educativa: mediação para a mudança

Em um contexto no qual cresce o desemprego a exclusão social em que se impõe o pensamento único neoliberal, novos desafios se colocam no campo da luta política e, mais em particular, no campo da educação popular e sindical.

Nesta pesquisa a educação popular será trabalhada a partir de uma concepção dialética da educação onde se destaca a compreensão da prática educativa ligada a um projeto político, e o papel do educador como intelectual orgânico.

Neste sentido Freire, (1997 p.28) enfatiza que:

... educadores e grupos populares, descobriram que educação popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto a sua capacidade de mobilização em direção de objetivos próprios. (...) A educação popular, mesmo sem descuidar a preparação técnico-profissional dos grupos populares, não aceita a posição de neutralidade política com que a ideologia modernizante reconhece ou entende a Educação de Adultos.

Para Gramsci apud Mochcovitch (1990 p .64).

A elevação cultural das massas para adequá-las à modernização e ao crescimento das forças produtivas da sociedade capitalista tem repercussões contraditórias: o acesso aos códigos dominantes dos quais a alfabetização é o primeiro passo, o conhecimento de direitos e deveres, e a capacidade de exigí-los podem educar também para a transformação da ordem e não apenas para o conformismo e a adesão.

Enquanto prática social, a prática educativa em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno exclusivamente humano (FREIRE,1997 p.28).

Reconhecendo-se como prática política se recusa a deixar-se aprimorar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdo às pessoas quanto na sua conscientização.

Nesta concepção, o ser humano jamais para de educar-se numa prática educativa não necessariamente de escolarização. Mas, uma prática educativa onde o sujeito seja construtor da sua própria história e que reconheça a importância do ensinamento de certos conteúdos que são necessários aos grupos populares para analisar a sua realidade concreta, superando o saber anterior de pura experiência, por um saber mais crítico, menos ingênuo. Neste sentido, a educação popular, pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências.

Freire acrescenta ainda que,

o educador não pode de maneira alguma, nas suas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feita. Sua explicação de mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (...) o diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que desvendados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos.(...) Um dos equívocos funestos de militantes políticos de prática necessariamente autoritária foi sempre desconsiderar totalmente a compreensão do mundo dos grupos populares. Vendo-se como portadores da verdade salvadora, sua tarefa irrecusável não é propô-la mas impô-la aos grupos populares (IDEM, 1998 p.90-91).

Um outro aspecto da prática educativa trabalhada por Freire é a questão dos limites dessas prática educativa e a compreensão desses limites demanda a clareza política dos educadores com relação a seu projeto, ou seja,

a politicidade da sua prática. “Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei se estou claro em face e a favor de quem pratico” (IDEM, 1997 p. 47).

Quando se trata da prática educativa, além dos aspectos já mencionados, deve-se considerar, ainda, que uma mesma metodologia de trabalho não se adequa de forma idêntica em contextos diferentes.

Daí a necessidade do educador popular de compreender as formas de resistências das classes populares, suas festas, suas danças, seus folguedos, suas lendas, suas devoções, seus medos, sua semântica, sua sintaxe, sua religiosidade. Não me parece possível organizar programação de ação político-pedagógica sem levar seriamente em conta as resistências das classes populares (FREIRE, 1997 p.48-49).

Ao analisar a prática educativa considerar-se-á também as contribuições de Gramsci, uma vez que na sua concepção a prática educativa voltada para as classes populares deve elevar os grupos que a compõe a perceberem de que forma estas classes estão reagindo a concepção de mundo dominante, que mecanismo estão empregando no sentido de reelaborar o seu próprio saber e, conseqüentemente, reforçar o poder popular.

Segundo Mochcovitch (1990: 52),

o pensamento político de Gramsci tem sempre uma dimensão pedagógica, uma vez que ele está sempre preocupado com a ação dos intelectuais orgânicos entre as massas subalternas no sentido da elevação da consciência destas do senso comum à consciência filosófica, através de uma elevação cultural e de um processo de reforma intelectual e moral que caminham junto com as lutas econômicas e políticas, devendo ser delas indissociáveis...

Para Gramsci, aos intelectuais orgânicos cabe a seguinte missão:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos, variando literalmente sua forma, a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vistas, isto é, para dar

personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. (GRAMSCI, 1981: 27 apud MOCHOVITCH 1990 p.19)

Uma educação voltada para as classes populares deve ter como meta a criação de condições para que estas articulem suas diversas experiências históricas, seus saberes num todo coerente, para que possam elaborar uma nova concepção de mundo.

2. Metodologia da pesquisa.

O encaminhamento metodológico para a apreensão do objeto de estudo consta de um estudo de caso – as associações de moradores dos bairros São José, Boa Vista e Junco – fundamentado numa concepção dialética da história e de um corte temporal referente a década de 1990, por ser considerado um período de crise (mudanças) para os movimentos sociais.

No campo empírico foi realizado um levantamento de dados documentais através do mapeamento das atas das associações de moradores pesquisadas. O referido mapeamento data de 1985, ano em que foi fundada a associação de moradores do bairro São José a primeira da zona urbana de Picos, até o ano 2000. Realizou-se, também, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários com militantes, dirigentes, base e assessores. Para as, entrevistas foram escolhidas pessoas que conhecem a história das associações de moradores em Picos e assessores que desenvolvem trabalhos junto a estas associações. Os relatos obtidos nas entrevista expressam as concepções dos sujeitos da pesquisa quanto: educação, escola, ética, política e cultura. Nestas dimensões expressam também os seus aprendizados.

2. RESULTADOS

A partir do mapeamento das atas das associações pesquisadas, análises dos questionários e das entrevistas, foi possível analisar problemas relativos à participação nas atividades organizativas, às lutas específica e

gerais, às mobilizações, os aprendizados (educativos, éticos, políticos e culturais), as relações interpessoais e coletivas em nível interno, e externo com o poder público e a sociedade em geral. Foi possível também, verificar o número de participantes nas assembléias e reuniões, das associações pesquisadas, nas décadas de 1980, de 1990 e nos anos 2000 e 2001.

2.1. participação dos sujeitos da pesquisa nas assembléias e reuniões

Os dados analisados mostram que a participação dos membros das associações de moradores nas assembléias e reuniões na segunda metade da década de 1980, atingiu uma média de 26,72%; nos anos de 1990, a média foi de 20,96%, registrando uma queda de 1,27% na média entre as duas décadas. Nos anos 2000 e 2001, a média de participação foi de 20,88% registrando uma queda em relação aos anos de 1990. Os índices de queda na participação dos associados, embora pequenos, evidenciam indicativos de crise como refluxo nestas entidades.

No que diz respeito ao afastamento dos sócios das associações de moradores das assembléias e reuniões, os atores da pesquisa, tanto os dirigentes como a base, revelam preocupações e, por isso em algumas associações, entre elas, a do bairro Boas Vista, traçam planos estratégicos para trazê-los de volta. Para isso utilizam: visitas familiares, procurando mostrar a importância de uma associação de moradores na comunidade, bem como convites aos moradores do bairro, para participarem das atividades promovidas pela entidade. Tais atores revelam entender que a força, o poder de reivindicação, de articulação, e de luta da associação está na participação dos sócios e da comunidade, tornando-a a questão da participação tema de discussões e debates nas referidas entidades.

Dirigentes, base e assessores têm atribuído às causas básicas da redução do nível de participação dos sócios nas assembléias e reuniões das associações de moradores, em Picos, a fatores tanto de ordem externa como interno ao movimento, sendo os de ordem externa: a crise econômica do país, o desemprego e as políticas neoliberais, enquanto que os fatores de ordem interna, são expressos sob forma de divergências entre dirigentes e base. Para os dirigentes, alguns membros das associações não estão tendo o devido

compromisso para com a entidade, pois colocam os interesses pessoais acima do coletivo, e reclamam da falta de participação dos sócios nas atividades desenvolvidas pela entidade, bem como, a cooptação dos dirigentes pelos políticos tradicionais. Diferentemente, os representantes da base argumentam que o engajamento político-partidário dos dirigentes dificultou o avanço da luta e acham que as associações estão entregue a pessoas incompetentes.

Esses fatores, têm levado a um afastamento de dirigentes e militantes das associações, passando estes a priorizarem os interesses individuais enquanto os interesses coletivos parecem ficar subjacentes

As queixas, apresentadas tanto por parte dos dirigentes como da base, mostram que em Picos está faltando um maior entendimento, uma maior articulação entre os atores das associações de moradores, o que vem contribuindo para o enfraquecimento destes movimentos e dificultando o avanço das lutas em benefício das populações mais carentes. Essa articulação precisa ser retomada para que estas entidades avancem nas suas lutas e ocupem mais espaços na sociedade civil.

2.2. As lutas das associações de moradores

A partir do mapeamento das associações pesquisadas, foi possível visualizar as questões que tratam das lutas, das ações e das práticas desenvolvidas por estas associações nas décadas de 1980 e de 1990, Na Segunda metade da década de 1980, esses componentes foram mais de caráter organizativo, administrativo e voltados para as questões internas, como: elaboração do estatuto e questões relacionadas á direção da entidade, visando a organização das associações como entidades representativas das comunidades, Na dimensão política neste período houve preocupação no sentido de formar lideranças para atuarem nas associações e em outros movimentos populares.

Já na década de 1990, os componentes que mais se destacaram foram os seguintes: a) de caráter administrativo com característica imediatista e voltados, sobretudo, para a solução dos problemas de infra-estrutura do bairro. Esses problemas, às vezes eram solucionados em mutirão, pelos moradores do bairro ou através de reivindicação ao poder público; b) assistencialista, com

realização de ações destinadas a suprir algumas necessidades básicas e problemas de saúde dos moradores do bairro. Neste sentido, realizavam festas, bingos, leilões, “pescas” recolhimento de donativos, auxílio financeiro para ajudar famílias com dificuldades. Essas ações estiveram mais presentes na associação do bairro Boa Vista localizada na zona sul.

As associações realizam, também, ações práticas de caráter recreativo por meio de comemorações de datas populares, objetivando reativar a cultura popular. Como: festas religiosas, festas com fins lucrativos, lutas em prol de quadra de esporte, entre outras. Estas ações promovem uma maior interação da associação com a comunidade.

Existe as lutas específicas que fazem parte da história de todas as associações, como as que tratam dos problemas de infra-estrutura do bairro a saber: calçamento, asfaltamento, abertura de ruas, iluminação pública, limpeza pública, coleta de lixo melhoramento de abastecimento de água, construção e funcionamento de posto de saúde e outra lutas específicas de cada associação. Nas associações dos bairros mais acidentados, o rebaixamento e calçamento das ladeiras se destacam; a luta em prol do transporte coletivo faz parte das associações das zonas leste, enquanto a segurança pública, está presente nas lutas das associações da zona oeste.

No âmbito das lutas gerais, as associações de moradores em Picos só participam quando são articuladas pela FAMCC, entidade que atua constantemente neste campo, em parcerias com A CUT (Central Única dos Trabalhadores), MST (Movimento dos Sem Terra), Igrejas, Movimentos de Mulheres, CPT (Comissão Pastoral da Terra), estudantes etc. Na região de Picos acrescenta-se ainda, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a participação em política Públicas, Comissão de Fiscalização da Saúde de Picos, Grito dos Excluídos e recentemente do Plebiscito contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Quanto, às lutas políticas e as ações voltadas para a formação dos militantes foram pouco freqüentes na década de 1990, nas associações de moradores de Picos. Desse modo, a participação nessas atividades fora praticamente restrita às atividades realizadas pela FAMCC e por algumas associações isoladamente, entre elas a do bairro Boa Vista.

2.3. A dimensão dos aprendizados

Com relação aos aprendizados nas dimensões educativa, ética, política e cultural, todos os atores entrevistados manifestam uma compressão de que as práticas educativas desenvolvidas nas associações de moradores lhe ajudaram na formação de uma consciência política, na convivência familiar, em grupo, a despertar talentos, formar uma consciência atenta acerca da realidade, indagar sobre si mesmo, sobre os outros, sobre o meio, como intervir e como participar do processo de construção da sociedade: todos conteúdo de um processo de mudanças.

2.4. Significado e perspectivas das associações de moradores para os militantes.

As associações de moradores significa para os militantes que se sentem representados por elas: a) a organização dos mais fracos, busca de melhoria de vida para os menos favorecidos no meio político, social e cultural; b) uma esperança, uma possibilidade concreta de participação nos destinos do município, buscando através do debate, uma saída para os problemas existentes; c) um espaço onde um conjunto de pessoas lutam pelo bem-estar social dos mais excluídos; d) representa um elo entre os poderes constituídos e o povo de uma determinada localidade e) é a força do povo, é uma coisa boa que através da FAMCC consegue melhoria de vida para os moradores dos bairros sobretudo das periferias.

De acordo com as considerações precedentes pode-se verificar que as associações de moradores, mesmo tendo vivenciado da década de 1990, momentos de tensões, de refluxos, de desmobilização e, também de crescimento individual e coletivo, não perderam sua credibilidade, sua aceitação junto aqueles que participam desses movimentos popular: militância e base. Isso significa possibilidades de uma retomada no crescimento e ao fortalecimento dessas organizações neste novo milênio! Significa, ainda, que a transformação nasce na práxis social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade dos movimentos Populares no Piauí ainda é pouco estudada e este estudo sobre a crise, e as práticas educativas das Associações de Moradores dos bairros São José, Boa Vista e Junco possibilitaram reconhecer a necessidade de, cada vez mais, os pesquisadores se debruçarem sobre essas temáticas, uma vez que muitas outras dimensões dos movimentos sociais, como a relação entre as associações de moradores e partidos, relação movimentos sociais e Igreja e outro, precisam ser aprofundadas.

Dentre os resultados da pesquisa conseguiu-se compreender parte significativas da trajetória histórica das associações de moradores, em apreço, e de dimensões que são fundamentais na dinâmica de qualquer movimento social quanto a participação dos dirigentes e militantes das associações de moradores estudadas e as lutas específicas e gerais enfrentadas pelas agremiações citadas.

Sobre os aprendizados, nas dimensões educativa, éticas, política e cultural, os sujeitos da pesquisa consideram que estes possibilitaram-lhes a compreender melhor a complexidade da vida em sociedade.

Estas análises nos permitiu chegar a um entendimento de que os sujeitos da pesquisa têm concepções diferenciadas sobre a crise. Uns vêem-na na perspectiva teórica de Gohn, ou seja, a crise concebida como declínio, como refluxo das associações; outros vêem-na conforme o pensamento de Melucci, isto é, a crise passa a ser vista como mutação, transformação. É interessante salientar que essa mutação não é entendida como superação da crise, mas no sentido de que as associações buscam novas formas de atuação, no embate entre “velhos” e “novos.” Na década de 1980, a relação das associações com o poder público era de conflito o Estado era visto como inimigo. Nos anos de 1990 iniciou-se um entendimento por parte dos dirigentes destas organizações que é preciso negociar com o poder público para conseguir os benefícios coletivos que lhes são de direitos.

A crise vivenciada pelas associações de moradores de Picos, na década de 1990, ora como refluxo ora como potenciais de mudanças, despertou uma consciência crítica em seus participantes formando lideranças que já estão atuando em sindicatos, partidos de esquerda, movimentos

estudantis, pastorais, movimentos de mulheres, de pequenos agricultores entre outros.

Enfim, todas essas informações, aqui registadas mostram a heterogeneidade das associações de moradores de Picos, portanto, a análise de suas práticas, de suas ações, de suas lutas deve considerar essa característica que faz da sua realidade um todo complexo.

4. BIBLIOGRAFIA

DAMASCEMO, Maria Nobre. Introdução. In: *Pedagogia do Engajamento; trabalho, prática educativa e consciência do capitalismo*. Fortaleza: EUFC, 1990.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção questões da nossa época, v. 23)

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998 (Coleção leitura)

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões de nossa época, v. 5)

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola. 2000.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A.1991.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas; tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

VIANNA, Claudia. Engajamento docente; a complexa relação entre crise e identidade coletiva. In: *Os nós do "nós"; crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo; Xamã, 1999. p.13-45.

[1] Neste sentido vê Cristovam BUARQUE, *O Que é Apartação: o apartaid social no Brasil*, 1998.